

PERCURSOS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL: IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ESTADO E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Carla Gardênia da Silva Melo ¹
Izandra Falcão Gomes ²

RESUMO

Este ensaio tem como foco o exame do processo histórico do Planejamento Educacional no Brasil considerando as ações da macropolítica e dos ajustamentos locais que definiram a atual forma de planejar a educação. Logo, tem-se como objetivo identificar os condicionantes externos e internos influenciadores da política educacional que contribuíram para a definição de um modelo de Planejamento Educacional. A metodologia que subsidiou o estudo adota abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica com enfoque epistemológico crítico tendo como principais referenciais bibliográficos: Antunes (2001), Peroni (2010), Oliveira (2008), Silva (2002), Fonseca (2013), Bartolozzi (2016). Com este apoio foram elaborados quatro tópicos que reúnem um apanhado histórico sobre a temática, sendo eles: Macrocontexto da Reforma do Estado e suas implicações para a Educação Brasileira; o contexto brasileiro: a Gestão e o Planejamento Educacional; Os Planejamentos Educacionais: trajetória histórica; O Planejamento Educacional como Política de Estado: os Planos Nacionais de Educação. Logo, este estudo evidenciou que o Planejamento Educacional no país tem sua consolidação somente após a década de 1990 quando passa a ser assumido, concretamente pelo Estado; segue às orientações dos organismos internacionais e da economia globalizada; adota funções antagônicas no qual atende a macropolítica e, em certa medida, às necessidades e demandas da sociedade e da educação. Por fim, verificou-se que, a cultura do planejamento educacional no Brasil é tardia o que favoreceu, dentre outras consequências, implicações quanto a qualidade da educação.

Palavras-chave: Planejamento Educacional, Política Educacional, Gestão Governamental.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o Planejamento Educacional no Brasil numa perspectiva histórica, cuja ênfase se dá a partir da Reforma do Estado e da reorganização da Gestão Educacional. Logo, o estudo reconstrói o início da ideia de Planejamento, as tensões e empecilhos para a sua consolidação como política de Estado. Pensando nisso, é de suma importância o estudo sobre o planejamento no país, visto que, historicamente o Planejamento Educacional tem uma trajetória marcada por elaborações e baixa efetivação, rupturas que interferiram incisivamente na organização do sistema educacional brasileiro.

Para o desenvolvimento desta investigação optamos por uma abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa possibilitou a interpretação do processo histórico

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, carla.gardenia@aluno.uece.br;

² Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, izandra.falcao@uece.br;

e o posicionamento crítico. Para a pesquisa bibliográfica selecionou-se autores referendados em pesquisa sobre o tema, além de artigos científicos. Tem como objetivo compreender o processo histórico do desenvolvimento Educacional no Brasil com recorte para a sua ocorrência no período denominado de Reforma do Estado (década de 1990) no qual ajustes estruturais, mediados por organismos internacionais, serão evidenciados na Educação.

Em função deste objetivo organizamos o texto da seguinte forma: Macrocontexto da Reforma do Estado e suas implicações para a Educação Brasileira; O contexto brasileiro: a Gestão e o Planejamento Educacional; Os Planejamentos Educacionais: trajetória histórica; O Planejamento Educacional como Política de Estado: os Planos Nacionais de Educação.

Para tanto, inicialmente aborda-se as implicações decorrentes da crise estrutural do capital e da falta de investimentos nos setores sociais, ocasionando saltos muito pequenos em relação a educação igualitária e de qualidade – visto que a mesma jamais foi vista como prioritária para o Estado. Conseqüentemente, o Planejamento Educacional que é criado e organizado pelo Estado, infelizmente, não é estruturado a partir das necessidades e demandas da sociedade, e sim movido pelos interesses inerentes as políticas governamentais que, em certa medida, estão comprometidas com as articulações macroestruturais. Logo, é necessário que aja a consolidação de Planos e investimentos para o setor educacional, pois só assim a educação poderá se tornar de qualidade para todo o alunado brasileiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

Neste subtítulo procuramos efetivar a discussão teórica acerca a temática proposta no estudo, no qual iremos ao longo do texto propor o nosso posicionamento crítico, promovendo um debate sobre o desenrolar do Planejamento Educacional no Brasil com ênfase nos ajustes provocados pela Reforma Educacional.

MACROCONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na década de 1970 se avoluma a crise do capital, a crise é justificada pela forma de ação do Estado (ANTUNES, 2001), dito de outra forma, pela sua incapacidade de administrar a política fiscal e monetária com eficiência (ANTUNES, 2001). No decorrer da década citada, a crise se agrava e reflete nas diferentes esferas do aparelho do Estado. Em resposta à crise, que incomoda, principalmente os países centrais, surge o neoliberalismo, modelo econômico que

defende a ideia de mercado desregulamentado e Estado Mínimo no qual apenas exerce controle secundário do mercado e fiel protetor. (ANTUNES, 2001)

Naquele contexto, e reforçado pelo fenômeno da globalização, a reestruturação produtiva é de fundamental importância para a mudança no modelo produtivo utilizado – Taylorista e Fordista – que passaram a ser crescentemente substituídos pelo modelo pós-fordista japonês, o Toyotismo, que defende um sistema mais flexível de produção.

Vale lembrar que a condição hegemônica do capital o autoriza a se movimentar mundialmente, estabelecer padrões de mudança em todo o mundo, a exemplo das Reformas de Estado que marcarão vários Estados Nacionais a partir da década de 1980. A Reforma consiste na adequação das nações ao modelo econômico e administrativo estabelecido pelos teóricos neoliberais no qual o Estado mínimo é uma das orientações. O Estado mínimo respalda-se em um conjunto de estratégias que visam diminuir o investimento nos setores sociais, acarretando redução de gastos e cortes, inclusive na educação. Com isso, o Estado passa a privatizar, terceirizar e publicizar, ações que juntas criam uma atmosfera de Estado Máximo para o capital, para ser possível atrair bons negócios e um maior capital financeiro (PERONI, 2010, p. 10) e mínimo para os setores sociais.

Com o intuito de alcançar maior lucratividade, foi dada grande autonomia para o sistema bancário, sendo assim, houve ampla criação de bancos juntamente com as organizações internacionais para fazer com que o Capital se movimentasse internacionalmente. Segundo Harvey (1989, *apud*, ANTUNES, 2001) o mercado financeiro internacional se expandiu de 50 bilhões de dólares em 1973 para quase 2 trilhões em 1989. Porém, por mais que os neoliberalistas acreditem em uma separação entre o Capital e o Estado, segundo Chesnais (1997, *apud*, ANTUNES, 2001) é bastante contraditório afirmar que o Estado é neutro quanto o Capital, pois $\frac{3}{4}$ do aumento da riqueza se devem às leis fiscais. Outra articulação que deve ser destacada é a co-participação dos Organismos Internacionais na disseminação ideológica e no financiamento, como o Banco Mundial.

O Banco Mundial, criado em 1944 para financiar os países que foram devastados por conta da 2ª Guerra Mundial, passa a financiar as políticas sociais para diminuir a pobreza e para a melhoria no setor educacional, principalmente em países periféricos como o Brasil. Nestes termos, o Brasil, país que teve uma colonização escravagista, que tem a história marcada pela dominação de uma parcela da elite conservadora e patriarcal, e pela Ditadura militar (entre os anos de 1964 e 1985), este organismo financiador, encontrou um país sedento por investimento e com graves problemas sociais, justificativa que reforçará a ação deste órgão na Política Educacional brasileira, relação que será atrelada com outros órgãos, como a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e estabelecerá condições compatíveis a seus interesses.

Dessa relação entre o Banco e o Estado brasileiro foram fixadas condicionalidades voltadas para a implementação de políticas e projetos para a Educação Básica e para o Ensino Superior, dentre as quais: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), dando ênfase no ensino fundamental em detrimento dos demais níveis; desenvolvimento de programas nacionais de avaliação do sistema, privatização gradual do ensino médio e superior. (SILVA, 2002).

O desenvolvimento de avaliações externas nas escolas, como uma das condicionalidades do Banco Mundial trouxe uma mudança no papel do diretor na escola, onde, segundo Dalila Oliveira (2017), o diretor desloca-se de uma função burocrática para uma posição política em que assume o compromisso com o estabelecimento e a busca por resultados. Ou seja, o diretor deve criar subsídios e cobrar os professores para que a escola alcance as metas em avaliações externas como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

É importante destacar que os economistas e o Banco Mundial pensaram em uma série de medidas para reduzir a demanda para o ensino médio e superior, como cobrar pagamento de matrícula, de mensalidade e serviços. De maneira geral foi perceptível a ação do Banco Mundial em se opor a gratuidade para os níveis médio e superior, ou seja, o Banco Mundial acredita que a educação pode ser considerada uma forma de sustentação financeira. Sendo assim, a educação não é concebida como veículo de formação do cidadão, e sim para uma suposta modernização do país e para reforçar a formação de mão de obra.

A defesa de uma educação descentralizadora, na verdade, serviu como suporte para o crescimento da educação privada que passa a ter uma maior liberdade com a fixação de preços de acordo com o mercado. Em relação a educação pública, a descentralização apenas descentrou algumas dimensões de decisão, mas nada alterou em relação uma educação de qualidade. Assim, segundo Abádia Silva (2002), apesar deste cenário caótico, se cria uma enorme sensação de naturalização das desigualdades deste mecanismo de exclusão social.

Como se pode verificar, a política educacional brasileira foi construída a partir de uma lógica de revezamento entre descentralizar e centralizar e está dinâmica tem relação estreita com a concepção de Gestão adotada, conforme veremos a seguir.

O CONTEXTO BRASILEIRO: A GESTÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Pensando nas transformações e no contexto da reforma do Estado no qual a educação brasileira está inserida, a partir da nova Constituição Federal (1988) será adotada a Gestão Democrática como consequência do Estado Democrático. No âmbito educacional a gestão democrática seguirá dois sentidos antagônicos: uma forma de pensar a Educação Básica e outra o Ensino Superior. Sobre esta questão segundo Dalila Oliveira (2008), a separação da Educação Básica e do Ensino Superior é concretamente uma contradição, para a educação básica as políticas se focaram na universalização e no Ensino Superior na democratização, passando uma ideia de que as duas modalidades de ensino não têm ligação, ou seja, que são distintos, pensadas por lógicas diferentes, secundarizando a razão de complementaridade entre ambas.

Neste sentido, como há uma separação das duas modalidades, é possível perceber também uma divisão em relação a luta das classes sociais pela universalização das mesmas, onde segundo Dalila Oliveira (2008, p. 93)

a luta pela democratização da educação básica sempre mobiliou as camadas mais populares e revestiu-se de um aspecto de indissociabilidade entre educação e trabalho, ou escola e emprego (...) já a defesa da democratização da educação superior sempre arrebanhou seus guardiões nas fileiras das camadas médias e intelectuais.

Então, pensando na separação entre as duas modalidades, é interessante refletirmos sobre a participação das políticas públicas neste embate, pois, em 1990 havia uma grande exigência não só pelo acesso da educação básica, mas também por qualidade, pois se via uma grande porcentagem de evasão, reprovação, conseqüentemente, um grande fracasso escolar. Então é perceptível, ainda segundo Dalila Oliveira (2008), que as reformas tinham a preocupação com a redução de gastos públicos que são destinados aos pobres e à assistência social. Sendo assim, é nítida que essa ineficiência da educação básica se dá pela falta de investimento no setor educacional.

Sendo assim, pensando na qualidade da educação básica e da superior, é possível encontrar outra contradição, no qual a educação básica pública é considerada com pouca qualidade, enquanto a educação superior pública é vista como mais qualificada, ou seja, há uma inversão, onde a camada pobre tem a educação básica no setor público e no nível superior particular, pois as vagas das universidades públicas são ocupadas por uma “elite” que fez toda sua educação básica em escolas particulares.

Vale ressaltar, que segundo Dalila Oliveira (2008, p. 103)

A crise do financiamento sempre foi utilizada como o principal argumento inibidor da universalização ao acesso à educação pública básica e superior. Na atualidade, tal argumento vem acompanhado da necessidade de instituir formas mais flexíveis de gestão, que contemplem a possibilidade de captação de recursos e o maior envolvimento da sociedade nos mecanismos decisórios. Por isso as políticas mais recentes têm

atribuído maior ênfase ao planejamento descentralizado e aos processos de avaliação, como critérios de financiamento e custeio.

Neste contexto, é possível identificar um pensamento neoliberal, onde há uma vinculação entre a produtividade e o financiamento do ensino superior. Já para a educação básica, é introduzido a descentralização administrativa e os processos de avaliação, onde o Estado que tem a responsabilidade pela educação, passa essa incumbência para o município quando se trata da educação infantil e do ensino fundamental. Já ao que se refere a avaliação, acredita-se cegamente nos resultados destes processos, como: ENEM e SAEB, considerados por Dalila Oliveira (2008) como sistemas de avaliação.

A Gestão da Educação pública tem adotado perspectivas de ação que reforçam a desigualdade educacional e a exclusão de inúmeros jovens à universidade pública. Longe de travarmos um debate sobre a questão, é preciso realmente refletir sobre que concepção de gestão democrática é defendida pelo Estado. Nessa lógica, é importante pensar sobre a gestão pública em interlocução com o planejamento estatal, ressaltar a atuação dessas duas dimensões no qual o planejamento é uma atividade da gestão, ou seja, é possível afirmar que não existe gestão sem planejamento, pois para uma gestão ser considerada eficiente ela deve ter um planejamento apropriado.

OS PLANEJAMENTOS EDUCACIONAIS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Nessa lógica, o Brasil, ao longo da sua constituição, a condução das políticas educacionais reproduziu as concepções de planejamento e gestão pública determinante em cada período histórico como veremos a seguir:

Antes de 1930: Ausência de planejamento; havia a apropriação dos recursos estatais.

1ª República (1889/1930): A gestão pública era dominada por traços patrimonialistas, ou seja, por dominação, porém, esta situação começa a se modificar a partir de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas.

2ª República (1930/1945): Com o intuito de romper as práticas de nepotismo e corrupção, em 1938, é implantada a primeira reforma denominada de Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Nesta fase ainda era possível observar uma gestão pública com características híbridas, em alguns momentos era burocrática, porém, em outros era patrimonialista.

Populismo (1946/1960): Neste período foi vista a necessidade do país se industrializar, com isso, em 1950, foi criada a primeira ação para este investimento, o Plano SALTE, que pode

ser definido como ações para diferentes esferas do governo, como saúde, energia, transporte. A partir da década de 1950, o país se viu em maior desenvolvimento, principalmente com o Plano de Metas de JK “50 anos em 5”. Por conta da ideia de desenvolvimento do país, a educação passou a ser considerada um requisito essencial para o crescimento econômico, sendo assim, foi pensado em uma educação técnica. Já em 1962, segundo Castro e Cabral (2016), após a Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 4.024, de 1961 – se estabeleceu a exigência da elaboração de um Plano Nacional de Educação. É importante ressaltar, que a LDB (1961) tinha uma perspectiva bastante técnica, com o planejamento tecnocrático, racional e centralizado, ou seja, se antes de 1930 quem dominava o país eram os senhores e famílias, neste período o senhor se tornou a economia, principalmente com a Teoria do Capital Humano, com o pensamento de viver para o trabalho.

Golpe Militar (1960/1985): Neste período o país passa por um regime militar, com isso, o autoritarismo reina no país. Neste momento com os militares no poder, os mesmos elaboram Planos Econômicos (PAEG), que tinha como objetivo o desenvolvimento do país, conter a inflação, diminuir a desigualdade econômica, entre outros. E também foram elaborados três PNDs, onde os mesmos tratavam da infraestrutura do país, com ênfase nos setores de transportes e telecomunicações, da capacidade energética, e por fim, com a saída dos militares do poder foram vistas as primeiras iniciativas de democracia. Neste contexto ditatorial, em 1985, também foi elaborado o Plano Setorial, onde para o setor educacional foram elaborados três planos, desta forma, os Planos Setoriais propuseram o planejamento burocrático, tecnocrático e participativo para a educação.

1990: Após o fim do regime militar, foi feita a elaboração de Planos Plurianuais, onde esses planos foram implementados em 1996 e ocorrem de quatro em quatro anos, ou seja, o mesmo pode ser considerado como planejamento estratégico. Nesse contexto, a Nova Gestão Pública (NGP), tinha como intuito o foco nos resultados, a qualidade dos serviços, implementação do cidadão, a transparência. Nessa perspectiva, segundo Castro e Cabral (2016), o novo modelo de gestão pública deveria criar condições para um desenvolvimento expressivo tanto para a Governança como para a Governabilidade. Onde o primeiro se diz respeito a competência do governo de praticar decisões, e o segundo é o conjunto de condições necessárias ao exercício do poder, respectivamente.

Neste contexto, e na busca por uma ação governamental integrada, após a criação de Planos Setoriais, do desenvolvimento do país, pensando na infraestrutura e na capacidade energética, por exemplo, e com as ações para a educação pública, é interessante mencionar também as Políticas Públicas, sobre as quais segundo Eliza Bartolozzi (2016) apresenta o

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

entendimento de que são questões de decisão em que participam múltiplos atores sociais, além do Estado. Ou seja, uma ação pública, onde diferentes pessoas podem participar. A partir disso, é notório que o modelo de regulação desse momento é a *governance*, termo utilizado para dar a ideia de que o planejamento das Políticas Públicas se dá pela participação de diversos atores. Vale lembrar que neste período, a educação foi contemplada com três ações: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Governo de Lula Inácio da Silva (2003/2011): No governo de Lula da Silva foi possível observar a *governance*, ou seja, havia a participação de vários atores para o planejamento das políticas públicas. O nosso entendimento vai de acordo com as ideias de Eliza Bartolozzi (2016), onde é possível ser observada uma diferença no governo de Lula em relação a responsabilidade do desenvolvimento das políticas públicas, onde no governo do mesmo era feita a criação de debates e projetos com diversos atores para o desenvolvimento destas políticas, e o que era visto até o século XX era a transferência de responsabilidade para outros setores.

Planos Plurianuais (2004/2011): O I PPA (2004-2007) estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas, ou seja, com uma concepção de planejamento estratégico. Já o II PPA (2008/2011) visava no crescimento econômico, a agenda cultural e a educação de qualidade, sendo assim, foi neste período que foram criadas as cotas raciais, as Leis Afro e Indígena.

Verifica-se, a partir da linha do tempo descrita, como as políticas educacionais foram conduzidas pelos gestores no qual é notório a relação entre a ideologia do governo e o planejamento, questão que exige crítica e reflexão sobre a Gestão Democrática, onde seja possível construir políticas públicas com a participação de vários atores, ou seja, uma ação pública.

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL COMO POLÍTICA DE ESTADO: OS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Ainda pensando em Gestão e Planejamento é possível perceber que historicamente apenas em poucos momentos o Planejamento foi realizado como uma ação pública, ou seja, como registra a história, na maior parte do tempo, as decisões do Estado eram feitas por quem estava no poder sem articulação com as necessidades reais da população.

Neste sentido, é interessante pensarmos que em cada Gestão há uma ideologia, afinal, o governo é constituído por pessoas, e cada pessoa tem seu modo de pensar, desta forma, o indivíduo que está no poder irá colocar em prática aquilo que ele acredita, sobretudo quando adota uma concepção de Gestão mais autoritária ou desvinculada das realidades.

Desta forma, pensando no percurso do Planejamento no Brasil, será possível notar o momento em que se pensou na iniciativa da criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), cuja ideia se deu em 1932 pelos Pioneiros da Educação e no contexto dos debates promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE), onde elaboraram-se os fundamentos de um futuro plano de âmbito nacional, que contemplasse a educação como direito, mediante a implantação da escola única, pública e para todos (FONSECA, 2013).

Visto que a educação nunca foi prioridade no Brasil, o Plano Nacional de Educação só foi retomado como ideia com a Lei de Diretrizes de Bases de 1961, sempre com o pensamento de defesa a educação pública de qualidade. Já com o período ditatorial, o Plano Nacional foi totalmente esquecido. Depois da LDB de 1961, embora registra-se outras iniciativas como o Plano Decenal de Educação, foi apenas em 2001 que primeiro Plano Nacional de Educação foi concretizado como decisão do Estado, embora sua implementação não tenha efetivamente ocorrido.

Após a tramitação do I Plano Nacional de Educação, segundo as ideias de Cury (2013) foi dada a prioridade investimentos no Ensino Fundamental e a implantação de um sistema de avaliação em larga escala para medir o desempenho das instituições e dos alunos em todos os níveis de ensino (BRASIL, MEC, 1993).

Diante das mudanças governamentais e a chegada de um governo mais progressistas o PNE/2001 foi concretamente substituído pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma modalidade de planejamento estratégico de base gerencial, onde era previsto a melhoria do desempenho da escola (FONSECA, 2013). Através do PDE foi possível observar também um regime colaborativo entre os níveis federal, estadual e municipal e com a iniciativa privada através do Movimento Todos pela Educação, que reunia vários setores empresariais.

O Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação um dos programas estratégicos encontrados no PDE, elaborado como um novo regime de colaboração com o intuito de formular metas para a melhoria da qualidade da educação básica. A partir do Plano de Metas, foi adotado Plano de Ações Articuladas (PAR), política que induzia um maior diálogo entre os entes federativos, cujo objetivo era constituir um instrumento para organizar as ações da escola e para melhorar a qualidade da educação, aferida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (FONSECA, 2013). A partir dele os entes federativos teriam a oportunidade de

criar planos e metas de acordo com os resultados obtidos com o resultado das avaliações. Sem dúvida o PAR promoveu uma maior articulação e passou a ser aceito como exemplo de um bom planejamento escolar.

O II Plano Nacional de Educação foi construído em 2014. Idealizado por um governo progressista, este Plano foi, concretamente, a representação da Participação dos atores educacionais através das Conferência Nacional de Educação (CONAE) e por meio do Fórum Nacional de Educação. Infelizmente, com a transição de governo em 2016, o PNE/2014, repetindo a história, tem sua concretização comprometida.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível ter uma visão do contexto histórico no qual a educação brasileira não tem um caráter prioritário. Então, se a mesma não é tratada como prioridade, logicamente, a ideia de planejamento além de aparecer tardiamente, não tem se efetivado como instrumento de organização da educação brasileira.

Com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, foi possível observar que a educação passou a ser considerada um requisito essencial para o crescimento econômico. Sendo assim, é evidente que neste período havia um planejamento bastante técnico voltado para atender as demandas da industrialização.

É notório também que em 1980, com a crise do Capital, a educação é um setor do Estado que mais foi afetada pela Reforma, pois com a implantação do Estado Mínimo ocorreu um grande corte de gastos neste setor. Neste sentido, a educação passava por diversos problemas, como evasão, baixa qualidade no ensino.

Então, é possível observar que no século XX não foi visto nenhum sinal de Planejamento voltado para o atendimento das populações que não conseguiam acessar a escolarização. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, o Planejamento teve um enfoque normativo e economicista, onde foi ignorada a diversidade do país, como as diferenças regionais que marcam determinados territórios brasileiros.

Apenas em 2003, com o governo de Lula da Silva foi possível observar um Planejamento realizado com a ação pública, no qual foi possível observar uma diferença em relação a responsabilidade do desenvolvimento das políticas públicas e na abertura para o diálogo com diversos atores, dando vida a Gestão Democrática e ao Planejamento Participativo.

Vale mencionar que em toda história da educação brasileira foram construídos apenas dois Planos Nacionais de Educação – Lei nº 10.172/2001 e Lei nº 13.005/2014 – sendo os dois elaborados após a década de 2000.

No cenário atual, com os diversos cortes de gastos, com a desvalorização do magistério, com o “esquecimento” do atual PNE (2014), no qual várias metas não serão alcançadas, há uma grande insegurança quanto aos rumos da educação no Brasil, pois a mesma continua não sendo prioridade para a gestão governamental.

Finalmente, através do contexto construído para a formulação deste artigo, foi possível ter o entendimento de como vem ocorrendo a construção do Planejamento Educacional no país. Entendemos que a educação é direito de todos e por esse motivo a Gestão Governamental deve priorizar planos que assegurem a população educação de qualidade, sendo esta entendida como investimentos humanos, tecnológicos, culturais e pedagógicos que beneficiem professores e alunos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação Produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem Neoliberal. In: DOURADO, Luiz; PARO, Vitor (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**, 2001, p. 13-29;

SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e Consentimento: a política do banco mundial**. São Paulo: Fapesp, 2002, p. 93-101;

PERONI, Vera Vidal. **O Estado brasileiro e a Política Educacional dos anos 90**. UFMS: ANPED, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Gestão Democrática da Educação no contexto da Reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos** – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2008, p. 91-113;

CASTRO, Alda M. D. de Araújo; CABRAL NETO, Antônio. Planejamento e Gestão Educacional: uma articulação necessária para à construção do Sistema Nacional de Educação. In: SCAFF, Elisângela; FONSECA, Marília (org.). **Gestão e Planejamento da Educação Básica nos cenários nacional e internacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016, p. 69-93;

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Políticas Educacionais no Brasil do início do século: o planejamento como oportunidade de exercício da ação pública. In: SCAFF, Elisângela; FONSECA, Marília (org.). **Gestão e Planejamento da Educação Básica nos cenários nacional e internacional**, 2016, p. 45-65;

FONSECA, Marília. Planejamento Educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas de um governo e as demandas da sociedade. In: BARTOLOZZI, Eliza; FONSECA,

Marília (org.). **Política e Planejamento Educacional no Brasil do século XXI**, 2013, p. 83-105;

CURY, Carlos Roberto Jamil. Planos Nacionais de Educação no Brasil In: BARTOLOZZI, Eliza; FONSECA, Marília (org.). **Política e Planejamento Educacional no século XXI**, 2013, p. 25-35.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **O Governo das escolas: democracia, controle e performatividade**. In: LIMA, Lício e SÁ, Virgínia. O governo das escolas e a Nova Gestão Pública. Braga/PT: Humus, 2017.